

# A MOBILIDADE REVISITADA: CAPITAL, TRABALHO E SUBJETIVAÇÃO

La movilidad revisitada: capital, trabajo y subjetivación

Revisiting mobility: capital, labor and subjectivation

## RESUMO

A partir de balanços feitos nos anos 1990 sobre os fundamentos teóricos dos estudos migratórios, propomos aqui uma análise e uma crítica de um destes troncos. Com esse artigo ressaltamos as contribuições decisivas da perspectiva teórica da mobilidade do trabalho no questionamento dos limites da separação entre as determinações estruturais reivindicadas pela leitura identificada no contexto do agrupamento dos estudos migratórios em troncos teóricos como enfoque histórico-estrutural e a vontade subjetiva reivindicada pelo enfoque neoclássico, além do papel desempenhado pelos discursos sobre a migração e pelos mecanismos que eles acionam enquanto formas de controle do espaço, do trabalho e do trabalhador. Procuramos avançar, todavia, propondo uma leitura crítica dessa própria perspectiva de modo a evidenciar seus limites na conceituação ontológica do trabalho em que se baseia. A partir daí e da historicidade que a categoria de trabalho ganha nessa interpretação crítica, refletimos sobre as condições hodiernas críticas para a sua mobilização e sobre a posição de administração estatal da crise do trabalho que assume o antigo planejamento juntamente com a produção científica que o fundamenta, tornando essencial a crítica da mobilidade inclusive dos sujeitos que produzem os estudos migratórios.

**Palavras-chave:** Mobilidade do trabalho; crítica do trabalho; fetichismo.

## RESUMEN

A partir de revisiones en los años 1990 acerca de fundamentos teóricos de los estudios migratorios, proponemos aquí un análisis y una crítica de uno de esos troncos. Con este artículo resaltamos los aportes decisivos de la perspectiva teórica de la movilidad del trabajo para el cuestionamiento de los límites de la separación entre las determinaciones estructurales reclamadas por la lectura identificada como enfoque histórico-estructural y la voluntad subjetiva reclamada por el enfoque neoclásico, además del papel desempeñado por los discursos sobre la migración y por los mecanismos que ellos accionan en cuanto formas de control del espacio, del trabajo y del trabajador. Buscamos avanzar todavía proponiendo una lectura crítica de esta propia perspectiva de modo a evidenciar sus límites en la concepción ontológica del trabajo en que se embasa. Desde ahí y de la historicidad que gana la categoría del trabajo en esta interpretación crítica pensamos acerca de las condiciones hodiernas críticas para su movilización y sobre la posición de administración estatal de la crisis del trabajo que asume el planeamiento juntamente con la producción científica que le embasa, tornando esencial la crítica de la movilidad incluso de los sujetos que producen estudios migratorios.

**Palabras clave:** Movilidad del trabajo; Crítica del trabajo; Fetichismo.

**Ana Carolina Gonçalves Leite**  
Pós-doutoranda e professora  
colaboradora no PPGG-UFES.  
carolinavecchia@gmail.com

**Daniel Manzione Giavarotti**  
Doutorando em Geografia Hu-  
mana pelo PPGH-USP.  
manzione79@gmail.com

**Erick Jones Gabriel Kluck**  
Pós-doutorando no Instituto de  
Geociências da Unicamp-SP.  
erick@usp.com.br

**Cássio Arruda Boechat**  
Professor do DG-UFES.  
cassio.boechat@ufes.br

**Carlos de Almeida Toledo**  
Professor do DG-FFLCH-USP.  
carlosdealmeidatoledo@gmail.com

*Artigo recebido em:*  
17/04/2017

*Artigo publicado em:*  
15/12/2017

**GEOGRAFARES** 

Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Julho - Dezembro, 2017  
ISSN 2175 - 3709

**ABSTRACT**

From 1990s reviews of theoretical perspectives on migratory studies we here propose an analysis and a critique of one of them. With this paper, we highlight the decisive contributions of the theory of the labor mobility enabling to question the separation between the structural determinations claimed by the so-called historical-structural approach and the subjective will claimed by the neoclassic approach, besides the role performed by the discourses over migration and the mechanisms played by them as forms of controlling the space, the labor and the worker. However, we aim at moving the controversy further by proposing a critical reading of this very perspective in order to reveal its limits concerning the ontological conceptualization of labor in which it stands. Finally, we reflect upon the contemporary critical conditions of labor mobility and upon the position of crisis administration undertaken by the State planning together with the scientific production that supports it, what makes essential the critique even of those subjects who produce migratory studies.

**Keywords:** Mobility of Labor; Critique of Labor; Fetishism.

\*

Esse trabalho foi originalmente produzido por ocasião do XIII SIMPURB (Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana), ocorrido no Rio de Janeiro em novembro de 2013. Publicamo-lo agora, posteriormente à incorporação das críticas recebidas naquela oportunidade de debate, como consolidação de uma interpretação crítica de grupo relativa ao conceito de trabalho, conduzida nos últimos vinte anos no âmbito do LABUR (Laboratório de Geografia Urbana), no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

**INTRODUÇÃO**

Com nosso artigo, procuramos contribuir para a discussão sobre a mobilidade, entendida em seus aspectos espaciais ou territoriais, buscando encontrar e criticar os seus fundamentos nos termos da *mobilidade do trabalho* (Gaudemar, 1977). Sugerimos que os processos de reestruturação que engendram novas configurações urbanas trazem consigo um paradigma que ressalta a necessidade de mais e melhor mobilidade. Indicamos, porém, a existência de um processo correlacionado de novos padrões de valorização, gentrificação e segregação espacial. Portanto, indicamos aqui que tais processos possam ser pensados nos termos de uma reflexão crítica sobre a circulação (e com ela necessariamente sobre a produção) das mercadorias, sobretudo da mercadoria força de trabalho.

Igualmente, assinalamos que as transformações das formas empíricas, tanto das restrições como do exercício da mobilidade, apontadas nesse caso principalmente em seu aspecto espacial, podem ser pensadas em sua relação com a qualidade fundamental que permite ao trabalho (se) realizar (em) sua condição social de mercadoria. Assim, as migrações e suas variações em intensidade e orientação, sempre apontadas para encetar ponderações sobre o tema da mobilidade, serão pensadas como ponto de partida que permita problematizar os nexos sociais que condicionam não apenas migrantes, mas a sociedade como um todo, na medida em que estamos igualmente submetidos ao trabalho como forma central de mediação social.

Uma aproximação das discussões sobre os movimentos migratórios,

os deslocamentos populacionais ou a mobilidade revela inicialmente um conjunto variado de processos sociais designados por esses conceitos, o que, por sua vez, aponta para a existência de divergências entre os estudiosos desses fenômenos. Essas divergências, contudo, não se fundam apenas em definições particulares que destacam de forma seletiva certos processos, enquanto deixam de incorporar outros na análise, mas conduzem também a um campo de intervenção político e prático, refletida ou irrefletidamente implicado por tais definições. Em outras palavras, a ciência se realiza como um momento necessário que participa decisivamente no planejamento e na intervenção, assim como em todas as práticas socialmente constituídas. Assim, não apenas livros, artigos e teses se agrupam constituindo o referido campo de divergências conceituais, mas avulta também um sem número de documentos produzidos por agências de planejamento, sobretudo estatais, com o objetivo de identificar e propor soluções para as causas e consequências dos deslocamentos populacionais. Predominantemente desenvolvidas nos termos da tradição técnica do planejamento, essas análises geralmente se concentram na identificação do objeto da intervenção, na avaliação da eficácia das políticas de correção anteriormente desenvolvidas e na proposição de políticas mais adequadas para a resolução efetiva dos problemas diagnosticados.

Essa perspectiva pressupõe uma pretensão de neutralidade e objetividade, que reconhece ao pesquisador ou técnico a possibilidade de olhar de fora os processos que submete a exame, e a partir de fora propor soluções, que pretendem ser sempre melhores que as existentes. Mais do que isso: na maioria das vezes, essa abordagem cobra do técnico essa atitude. Exigência ora manifesta de forma explicitamente contratual, na relação com o contratante que demanda e financia

a realização da pesquisa, ora no imperativo de buscar soluções para os problemas (dos) pesquisados, sendo a formulação de propostas um momento necessário da realização desse tipo de estudo.

Fazendo frente a essa abordagem, identificada pela antropóloga Alba Zaluar (1986) como “pensamento que resolve problemas”, sem, com isso, pretendermos nenhuma outra forma de neutralidade, nem técnica nem científica, sugerimos a possibilidade de questionar as perguntas que estruturam as análises desenvolvidas sobre a mobilidade e os deslocamentos, não apenas pelo planejamento, como também pela produção científica.

Partindo da discussão travada por Carlos Vainer (1984) no estudo intitulado *Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória*, destacamos a pertinência de formular “perguntas à própria pergunta” (1984, p. 3), de modo a procurar o que se encontra subentendido nessas análises, ou seja, de modo a discutir questões que não são somente anteriores, mas principalmente, de natureza diversa das que estruturam esses estudos.

Cabe então nos perguntarmos por que os deslocamentos populacionais e a mobilidade, tanto espacial como urbana, constituem-se num campo possível de formulação de políticas. Ou seja, quais são as condições de existência das políticas de correção tanto dos problemas sociais que parecem provocar as migrações, como dos que parecem ser desencadeados pelas mesmas. Sugerimos questionar, portanto, até que ponto os problemas (que fundam aquilo que no passado era identificado como *questão migratória*) são “efetivamente objeto das políticas, e até que ponto [são] também, talvez principalmente, seu produto” (Vainer, 1984, p. 4).

Esta reflexão sobre a mobilidade remete, porém, a um debate realizado na década de 1990, que tratou de identificar e agrupar diferentes

perspectivas utilizadas nos estudos migratórios em enfoques ou troncos teóricos. Retomaremos sucintamente as discussões de alguns autores que participaram desse debate, buscando identificar, em seus esforços de classificação, divergentes perspectivas de interpretação e intervenção sobre as motivações e as consequências provocadas pelo fenômeno migratório. Antecipadamente, observamos, contudo, que mesmo se contrapondo, essas perspectivas dialogam: “se entendem, mesmo quando discordam” (Vainer, 1984, p. 10). A defesa que cada uma empreende a partir de seus próprios recursos não impede que o debate entre as mesmas aconteça e constitua um campo de análises e estudos, acadêmica e politicamente reconhecido.

Colabora também de maneira determinante para a conformação e caracterização do referido campo, uma coesão que resulta menos daquilo que essas perspectivas dizem, e mais do que silenciam. Ou seja, as divergências, resultantes da necessidade de diferenciação estabelecida pelos imperativos do exercício intelectual, ocultam “a unidade que permite que o que é dito, por mais disparatado que pareça, possa ser confrontado num campo único, é o não dito em comum” (Vainer, 1984, p. 10). Assim, recuperando o debate responsável por classificar os diferentes enfoques presentes nos estudos migratórios, trataremos de problematizar não apenas as diferenças de abordagens, como também os pressupostos em comum que fundamentam as análises. Cabe reiterar, antes, que a recuperação teórica de tendências e aglutinações dos estudos migratórios que virá a seguir lida com balanços feitos na década de 1990, não pretendendo estabelecer um estado da arte atual do referido campo, mas lidando a partir do que então existia com a possibilidade de se aprofundar na crítica dos pressupostos e desdobrar criticamente uma vertente específica então em evidência; de certa forma,

com isso, atualizando-a.

## **OS ASSIM CHAMADOS ENFOQUES OU TRONCOS TEÓRICOS DOS ESTUDOS SOBRE A MIGRAÇÃO**

Por ocasião do *VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Celso Amorim Salim apresentou o artigo *Migração: o fato e a controvérsia teórica* (1992), em que promove um dos primeiros esforços em classificar os estudos populacionais e sobre migrações no Brasil.

Inicialmente, o autor identificava como problemática a inexistência de unidade na definição do fenômeno migratório, criticando o fato das migrações serem definidas sempre externamente, em função do “tipo de movimento ou deslocamento espacial que representam” (Salim, 1992, p. 119). Do mesmo modo, provocadas pela mencionada falta de unidade, ele assinalava as dificuldades para definir os fluxos, correntes, áreas de origem, de destino ou intervalos de tempo do deslocamento do movimento migratório. Reclamava o autor que a inexistência de unanimidade se referia ainda à definição quanto aos critérios de classificação das diversas correntes teóricas existentes, além de criticar a abordagem limitada que fraciona seu conhecimento e dificulta o estabelecimento de uma cronologia da evolução teórica do tema da migração. Para Salim, os enfoques somente pareciam concordar que “os fluxos migratórios se originam do desequilíbrio espacial de natureza econômica, o qual produz diferenciais de renda e de emprego, por exemplo, entre áreas de origem e destino” (Salim, 1992, p. 121). Além desse denominador, restavam divergências sobre a explicação da origem dos desequilíbrios, na abordagem metodológica, nos pressupostos ideológicos e, sobretudo, dos fatores que determinavam as

migrações e das consequências que ela produz.

Buscando organizar essas divergências em sistemas lógicos que permitissem uma classificação universalmente aceita e uma melhor compreensão científica do tema, ele ainda adotou a expressão “tronco teórico” para caracterizar o que entendeu como um substrato comum a múltiplas subdivisões, definindo três enfoques, escolas ou correntes de pensamento sobre os movimentos migratórios: os modelos neoclássicos contemporâneos, a perspectiva histórico-estrutural e os estudos sobre a mobilidade da força de trabalho.

Helion Póvoa Neto, no artigo *Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual*, publicado em 1997, retomou questões esboçadas tanto por Carlos Vainer (1984) como por Celso Amorim Salim (1992). Para o autor, a multiplicidade de definições do fenômeno migratório indicava a existência de divergentes perspectivas de intervenção em certos problemas que são teóricos, mas também práticos. Essas abordagens, para este autor, confrontavam-se em um campo designado como constituindo a *questão migratória*, em que também são produzidas as políticas migratórias, cuja existência questiona a ilusão do analista como observador neutro ou privilegiado, para o qual a legitimidade da atuação reside justamente em estar colocado à distância e nas alturas. Contudo, como ressaltou o autor, nas análises que pensam a migração como uma realidade supostamente evidente, a discrepância entre as definições do fenômeno não era nem mesmo questionada. O que importava era descrever, caracterizar e mensurar os deslocamentos e qualquer preocupação com um contexto social mais amplo desaparecia, restando apenas dificuldades classificatórias para agrupar dados censitários.

Como em Carlos Vainer (1984), Póvoa Neto (1997) também assinala-

va a existência de certa pressuposição em comum por trás da polissemia do conceito de migrações, presentes nos discursos que conformavam a *questão migratória*. O autor foi buscar em Almeida e Palmeira (1977) uma sugestão para a compreensão desse pressuposto:

Uma suposição básica por trás do conceito de migração é a de que ela é controlável. Ou seja, os movimentos migratórios podem sofrer a intervenção de políticas públicas que os contenham, estimulem ou orientem. Mais do que isso, devem ser objeto de atuação por parte do Estado (Póvoa Neto, 1997, p. 14).

Mesmo ressaltando a perspectiva de que os discursos sobre as migrações não são politicamente neutros e que pressupõe de modo comum (mais que uma possibilidade) um imperativo de intervenção e controle político, o autor destacava também a necessidade de diferenciar as abordagens, de modo a possibilitar a análise de todo um corpo teórico que vem se desenvolvendo a respeito. Assim, dedicava-se do mesmo modo a apresentar os três troncos teóricos classificados por Salim (1992), observando seus diferentes enfoques e as consequências dos mesmos para a análise das migrações.

#### *A perspectiva neoclássica*

As discussões desenvolvidas em acordo com o que os autores identificavam como os modelos neoclássicos contemporâneos de estudo das migrações caracterizam-se por pensarem os movimentos populacionais como mobilidade *geográfica* dos trabalhadores em um espaço econômico *isomórfico*, motivados nomeadamente pelos desequilíbrios existentes na oferta de emprego e renda. Assim, a migração realiza-se como um fenômeno positivo capaz de promover a transferência e uma melhor alocação dos fatores de produção sobressalentes, produzindo com isso equilíbrio e crescimento econômico. Conforme argumentava Póvoa Neto (1997, p. 16), o migrante acaba reduzido a um

portador de trabalho que deve ser alocado para maximizar os ganhos que parecem ser seus, mas são sobretudo do capital. Outra característica central dessa perspectiva consistiria na centralidade conferida para a *racionalidade do indivíduo*, pensado como sujeito burguês, quando o mesmo avalia a relação entre os custos (inclusive subjetivos) da migração e os benefícios provenientes do aproveitamento dos diferenciais mencionados.

A concepção neoclássica traz implícita, assim, a ideia de recusa da imperfeição causada pela desigualdade estrutural e de aceitação tácita das variações conjunturais, além, é claro, da propensão 'natural' da força de trabalho ao movimento, logo que a diferenciação social se manifeste ao nível do espaço. (Salim, 1992, p.124)

A hipótese da mobilidade perfeita expressa, portanto, não apenas um diagnóstico da natureza das migrações, mas principalmente um objetivo a ser perseguido com a eliminação dos obstáculos existentes. Trata-se assim de uma "hipótese que conduz necessariamente a um encaminhamento político da questão migratória" (Póvoa Neto, 1997, p. 17), embora a constituição dos fluxos e correntes migratórias aparente se sustentar numa somatória de decisões assumidas individualmente.

### *A perspectiva histórico-estrutural*

Por sua vez, a perspectiva histórico-estrutural interpretaria as migrações não como resultado dos atos soberanos dos indivíduos, mas como uma relação produzida por estruturas sociais historicamente determinadas e geograficamente delimitadas. Seus determinantes, assim como suas consequências, remetem a processos sociais e de mudança em contextos determinados. Assim, essa abordagem concentraria seu foco numa observação da estrutura social como um todo, analisando suas condições de ordem social, econômica e política que contextualizam os movimentos migratórios.

Existe, contudo, uma variedade de modelos que enfatizam determinadas características em detrimento

de outras. Entre eles podemos encontrar "a teoria da dependência, o colonialismo interno, a relação centro-periferia e a acumulação global" (Salim, 1997, p. 126). Ainda assim, em um aspecto mais geral, implícito nessas subdivisões e que consideramos semelhante aos estudos neoclássicos, essa perspectiva apontaria as desigualdades espaciais como uma das causas estruturais das migrações, ainda que compreenda (afastando-se assim da abordagem neoclássica) que os níveis diferenciais de emprego e renda coincidam com diferentes relações de produção e estruturas regionais de exploração e de classe. Em outras palavras, a concepção espacial subjacente a esta perspectiva não é isomórfica.

Outra semelhança com a perspectiva neoclássica consistiria na afirmação de que a migração possui como papel redistribuir as forças de trabalho, disponibilizando-as para dinamizar os processos de acumulação do capital. Ainda que entre os neoclássicos essa relação fizesse parte de sua axiomática apologética da mobilidade perfeita, o modo como a abordagem histórico-estrutural discutiu o problema estabelece como pressuposto comum uma tendência ao balanceamento entre as necessidades e a oferta de forças de trabalho como fundamento dos níveis ótimos de acumulação.

Existem, contudo, diferenças centrais entre as abordagens das duas correntes: como afirmava Póvoa Neto (1997), recusando o procedimento neoclássico de desconsiderar a dimensão histórica das migrações e atribuir estritamente a uma motivação individual esses deslocamentos, a concepção histórico-estrutural encara esse processo como fenômeno social, condicionado histórica e geograficamente. Essa diferença reverbera na irrelevância atribuída à dimensão subjetiva dos indivíduos, que nesse caso parece estar absolutamente submetida à força das estruturas sociais que explicam a propensão para

a migração e faz com que movimentos populacionais coincidam rumo às necessidades do capital (Póvoa Neto, 1997, p. 18).

Desejamos destacar, por fim, que a abordagem histórico-estrutural favorece a produção de diagnósticos “regionais” buscando identificar as características potencialmente geradoras das migrações. O procedimento mais ou menos comum entre tais diagnósticos, de associar a falta de condições de sobrevivência à falta de trabalho, especialmente de uma população rural que se destina ao êxodo, foi por vezes coincidente (ainda que historicizada e associada a estruturas fundiárias e de poder existentes) com a abordagem neoclássica. Sobretudo quando essa identifica a subutilização dos fatores de produção, especialmente da força de trabalho, pensada nesse caso como mão de obra, e propõe perspectivas de desenvolvimento que permitam um melhor emprego das mesmas.

Olga Becker, no estudo intitulado *Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias e contextos*, e igualmente publicado em 1997, também se dedicou à classificação dos estudos migratórios até o momento realizados no Brasil. Para a autora, as concepções teóricas norteadoras daqueles estudos populacionais dividiam-se predominantemente em duas correntes: as investigações neoclássicas e as neomarxistas.

Ao percorrer os estudos teóricos sobre a migração, Becker (1997) reafirmava a pertinência do olhar capaz de envolver aspectos econômicos, sociais e políticos, entendendo-os em conjunto e capazes de impor sua ordem aos movimentos da força de trabalho. Ao dizer isso, pretendeu se afastar dos estudos de população neoclássicos, por estes privilegiarem, como mencionamos anteriormente, uma análise na qual a migração figuraria de maneira indeterminada, em busca do ajuste necessário à otimização dos

fatores de produção.

Quanto às investigações neomarxistas, que evidenciariam o caráter catalizador da migração no jogo estrutural do capital (no sentido do uso que este faz da força de trabalho diretamente no processo produtivo ou indiretamente, como exército industrial de reserva), a autora fez ressalvas apenas aos seus métodos que retirariam de cena os agenciamentos do sujeito trabalhador. Destacava, desse modo, a necessidade de um olhar cuidadoso ao sujeito que migra, reconhecendo nos planos de desenvolvimento regional e outras ações do planejamento estatal formas impositivas de deslocamento espacial da população, que funcionam, contudo, apenas como um disparador rumo ao assalariamento.

### *A perspectiva da mobilidade do trabalho*

Por fim, a discussão realizada sob o tronco teórico da mobilidade do trabalho buscava se diferenciar das perspectivas anteriores justamente nesse âmbito: a migração deixaria de ser apenas reflexo de diferenciações de um espaço pensado como pressuposto, para atuar no mesmo como agente de sua transformação. Igualmente, o trabalho deixaria de ser concebido como uma forma de metabolismo entre homem e natureza de maneira transhistórica (Postone, 2014), sendo considerado em seu processo de constituição. Assim, não estaríamos mais diante da compreensão estrita de que em certas regiões haveria ou não boa oferta de trabalho e/ou condições de sobrevivência, configurando-as como zonas de atração ou repulsão de migrantes, nem tampouco diante de um agenciamento indeterminado do sujeito que busca melhorar sua reprodução mediante a obtenção de um trabalho melhor, como preconiza a perspectiva neoclássica. Diferenciando-se de ambas, a abordagem da mobilidade do trabalho buscaria

problematizar o processo histórico de constituição do sujeito mobilizável, portanto sujeito à mobilidade do trabalho entendida aqui como condição necessária da exploração de sua força de trabalho produzida como mercadoria.

Salim (1992, p. 134), apesar de criticar essa abordagem em função de suas preocupações mais epistemológicas que empíricas, considerou relevante a discussão sobre a mobilidade do trabalho na medida em que ela permitiria relacionar de maneira dialética o que ele definiu como os níveis estruturais e subjetivos, separados e apropriados exclusivamente, respectivamente pelas análises histórico-estrutural e neoclássicas. Nesse sentido, ela permite pensar o processo de sujeição dos homens à condição de trabalhadores como parte intrínseca de sua constituição enquanto sujeitos, observando ao mesmo passo a forma de sua disponibilidade (imposta) para as relações capitalistas e as formas de representação derivadas dessa sujeição. Ou seja, vai muito além da análise das determinações estritas do por que ir, para onde ir, na medida em que define que o conjunto das relações e de tais escolhas apenas se realizam mediante à existência desta mobilidade.

### **A MOBILIDADE DO TRABALHO PENSADA COMO FUNDAMENTO DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

A ideia da mobilidade como característica da força de trabalho é atribuída a Jean-Paul de Gaudemar (1977) que ao revisar os estudos marxianos sobre a dinâmica da acumulação, ressaltou a importância dessa dimensão de análise para a crítica de todo o processo de reprodução ampliada do capital.

Gaudemar realizou esses estudos em seu livro *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* (1977). Nele, o autor propôs que estudemos quais condições históricas produziram a

possibilidade de que os capitalistas, de posse de recursos assim passíveis de serem transformados em capital, encontrassem no mercado uma mercadoria disponível cujo valor de uso consiste na virtude particular dela ser fonte de riqueza, enquanto seu valor de troca se reduz simplesmente aos custos de sua reprodução. E não apenas disponível para ser consumida, mas mobilizável em todas as suas dimensões de circulação e utilização, de modo a viabilizar o processo de acumulação capitalista.

Se se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade; não no sentido apologético que a teoria neoclássica reconheceu, do homem inteiramente livre do seu destino, actor de sua própria história, mas no sentido das contrariedades que lhe são impostas por essa procura de emprego. (Gaudemar, 1977, p. 192)

Para Gaudemar (1977), a mobilidade da força de trabalho se realiza como o mais importante fundamento para compreendermos o surgimento do modo capitalista de produção e do seu processo de acumulação como reprodução ampliada. Buscando sustentar essa interpretação, o autor retoma o esquema segundo o qual, por meio da “acumulação primitiva”, o trabalho existente em outras formações sociais “não capitalistas” foi mobilizado para se constituir como força de trabalho, assalariada, no capitalismo em formação. Esse processo fez com que o trabalho adquirisse seu caráter móvel, por meio do qual o trabalhador passa a deslocar-se, espacial e socialmente, tanto por sua vontade, como por força do capital.

Nesse sentido, com a “acumulação primitiva”, estaria dada a possibilidade de constituição da força de trabalho, e de seu uso pelo capital. Sinalizaria, portanto, que o trabalho ganharia com o capitalismo sua existência como *força de trabalho* pela constituição historicamente determinada de

uma qualidade fundamental: a *mobili-  
dade do trabalho*, ou sua capacidade  
de ser móvel. Portanto, afirma que  
a formação histórica do capitalis-  
mo dependeu justamente de o fato  
do trabalho ganhar essa qualidade de  
ser móvel, de tornar-se mercadoria  
*força de trabalho*. Entretanto, da nossa  
perspectiva teórica, Gaudemar (1977) não  
retira as profundas consequências de  
suas considerações acerca do proces-  
so de constituição da mobilidade do  
trabalho. Vejamos.

Nos *Grundrisse* de Karl Marx  
([1857/58] 2011), em especial o item  
*O Método da economia política*,  
o autor tece considerações acerca  
desta problemática, oferecendo  
caminhos para, por um lado, apro-  
fundar as sugestões de Gaudemar  
(1977), e por outro, criticá-lo, tendo  
em vista a determinação da especifi-  
cidade histórica da própria categoria  
de trabalho e não somente daquela  
da força de trabalho. Como o próprio  
título do item sugere, Marx lida aí  
com as categorias de pensamento  
que informam e são o ponto de par-  
tida da economia política enquanto  
ciência própria do modo de produção  
capitalista: propriedade, dinheiro,  
trabalho e por fim, terra. Entretanto,  
diferentemente da economia políti-  
ca, as trata como categorias apenas  
*aparentemente* válidas para “outras  
formas de sociedade” (Marx, 2011,  
p. 59), sugerindo que o manejo por  
parte do pesquisador, por exemplo,  
da categoria de trabalho, tendo em  
vista a apreensão de quaisquer ativi-  
dades concretas feitas pelos homens,  
independentemente da forma social,  
só ganhou validade num contexto  
de relações sociais muito específicas,  
como fica claro na seguinte passagem:

Essa abstração do trabalho em geral não  
é apenas o resultado mental de uma  
totalidade concreta de trabalhos. A in-  
diferença em relação ao trabalho  
determinado corresponde a uma  
forma de sociedade em que os in-  
divíduos passam com facilidade de  
um trabalho a outro, e em que o tipo  
determinado do trabalho é para eles

contingente e, por conseguinte, in-  
diferente. (Marx, 2011, pp. 57-58)

Qualquer semelhança com o exercício  
da mobilidade do trabalho, experimen-  
ta- da pela massa trabalhadora proprietária  
da mercadoria força de trabalho, não  
terá sido mera coincidência. Ele sugere  
que apenas nestas condições o trabalho,  
enquanto categoria abstrata “devém  
verdadeira na prática” (Marx, 2011, p.  
58) ao mesmo tempo em que devém  
indeterminada no pensamento. Neste  
sentido, a indiferença com relação à  
totalidade concreta de trabalhos pos-  
ta pelo advento da mobilidade do  
trabalho consubstancia não apenas a  
transformação do trabalho em mer-  
cadoria, como afirma Gaudemar, mas  
simultaneamente a constituição do  
próprio trabalho como *abstração real*  
(Marx, 1985) e, por fim, como cate-  
goria burguesa (ou moderna) de pen-  
samento aplicável a toda e quaisquer  
relações sociais. É nesse sentido que  
afirma ser “o ‘trabalho’ [...] uma cate-  
goria tão moderna quanto às relações  
que geram essa simples abstração”  
(Marx, 2011, p. 57).

A partir destas observações se faz  
possível compreender como o adven-  
to da mobilidade do trabalho con-  
substancia a própria constituição do  
trabalho enquanto atividade autome-  
diadora (Postone, 2014). Doravante as  
atividades particulares que compõem  
a totalidade concreta adquirem vali-  
dade social apenas à medida que se  
referem umas às outras enquanto ma-  
terializações de tempo abstrato (Marx,  
1985) objetivado pela mercadoria  
força de trabalho, sendo esta também  
contabilizada socialmente em tempo,  
e que devido à sua mobilidade é capaz  
de produzir mais valor do que aquele  
necessário à sua manutenção. Nesse  
sentido, Gaudemar (1977) acaba por  
sustentar uma perspectiva ontológica  
do trabalho como forma de mediação  
social. Reconhece a historicidade da  
sua transformação em mercadoria,  
mas sem reconhecer que as condições  
que permitem que o mesmo se realize

como trabalho abstrato (cujo dispêndio realiza-se num tempo médio que sempre nega suas condições concretas de execução) são produtos dessa mesma forma, num mundo cujo sentido foi reduzido à busca pela valorização do valor.

Partindo das considerações apontadas por Marx (1985; 2011), já se faz possível tatear aquilo que Vainer (1984) apresenta como o não dito em comum nas diversas teorias migratórias acima apresentadas. Se o processo de aquisição da mobilidade do trabalho não se reduz à transformação do trabalho em mercadoria força de trabalho, mas consubstancia a formação do próprio trabalho enquanto abstração real, que devido a essa especificidade histórica, constitui socialmente o ponto de partida não problematizado, e por isso trans-histórico, da economia política (ou de toda ciência burguesa), mostra-se evidente que o não dito em comum é o próprio trabalho e sua personificação, o trabalhador. Pare sermos mais exatos, o que está em causa aqui não é que não se fale sobre o trabalho nas diversas teorias migratórias, mas os mecanismos pelos quais se fala sobre ele, sem o problematizar. A partir deste momento buscaremos desdobrar tais considerações em sua relação com a questão da mobilidade nas três dimensões que consideramos centrais para um tratamento adequadamente crítico da problemática: o trabalho enquanto fundamento do capital compreendido aqui como contradição em processo; a mobilidade do trabalho como expressão daquele personificado pela população trabalhadora; e por fim como categoria de pensamento de caráter administrador.

## **MOBILIDADE E SUBJETIVAÇÃO NA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO E DA SUA GESTÃO ESTATAL**

### *O trabalho como fundamento da acumulação de capital*

Dissemos acima que o trabalho se realiza como atividade automediadora e abstração real, na medida em que as mercadorias aparecem como coágulos de tempo abstrato e homogêneo (uma hora, cinco minutos, 30 segundos), donde o tempo se realiza como a medida dos valores das mercadorias. Portanto, segundo Marx (1985), o tempo socialmente necessário se configura como critério basilar da acumulação de capital e os trabalhadores como a fonte de sua produção, dada sua característica específica de objetivar maior valor do que aquele que tem.

Com seu caráter duplo e sua relação indireta com a atividade concreta, o trabalho constitui uma forma de socialização mediada, que se realiza, independente da vontade individual, “atrás das costas” dos produtores. Para os indivíduos modernos, presos em seus microcosmos de trabalho, este parece ser a única possibilidade de garantir a existência. Os sujeitos da concorrência lutam obrigatoriamente por suas vantagens, e cada um é responsável só por si mesmo. É o “sujeito automático” que determina a moral e a ética no âmbito de uma lógica de destruição. (Heidemann, 2004, p. 33)

Nesse sentido é que consideramos possível designar o trabalho como substância socialmente produzida que sustenta o processo de reprodução ampliada do capital, bem como este último como processo tautológico, uma vez que a mais-valia produzida pelo trabalho na forma de capital-dinheiro retorna a essa mesma forma, tendo em vista alcançar uma quantidade sempre maior. Entretanto, se por um lado essa substância social retorna a si mesma, abstraída das formas concretas que adquire, estas últimas se modificam historicamente de maneira extraordinária, numa dialética entre tempo abstrato e tempo histórico (Postone, 2014), com implicações diversas sobre o exercício da mobilidade do trabalho.

À medida que o valor é uma substância social abstrata, aparentemente reificada apenas no dinheiro, enquanto o

mundo concreto aparece como aquele das coisas ordinárias, ele deve, por meio de suas personificações, os donos dos meios de produção, corporificar-se em processos concretos de trabalho com vistas à acumulação. Uma vez acumulado por meio da exploração do trabalho, pela própria natureza social do dinheiro ele deve ser reinvestido, o que significa mobilizar novamente os trabalhadores por meio de novos processos de trabalho, para, ao final do mesmo, avolumar-se novamente e assim permanentemente. Entretanto, tais reinvestimentos nos processos produtivos, empurrados pela concorrência à qual se vincula necessariamente a forma tautológica do valor, movem um crescente e continuado aumento da produtividade do trabalho, tendo em vista aumentar as taxas de mais-valia sobre a massa trabalhadora empregada. Tal movimento vai gradativamente modificando os termos concretos da produção de valor, seus métodos de produção, a composição técnica dos capitais, impondo uma constante remobilização da população trabalhadora, o que significa precisamente o exercício de sua mobilidade.

Em outras palavras, a reprodução ampliada do capital determina modificações nos processos produtivos que, por sua vez, promovem reconfigurações no mundo do trabalho e na mobilidade dos trabalhadores, impondo novas atribuições qualitativas à mercadoria força de trabalho. Por outro lado, as frequentes modificações tecnológicas, promovidas pela reprodução tautológica do valor, impulsionam uma expansão extraordinária da produtividade do trabalho, consubstanciada no aumento da composição orgânica do capital que, de um lado, expulsa relativamente a população trabalhadora dos processos produtivos e, por outro, desencadeia a queda tendencial da taxa de lucro.

*A mobilidade do trabalho como movimento da crise do valor*

Conforme argumentou Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho, como um processo de constante remobilização, teria um papel significativo para a manutenção do capitalismo, ou mais precisamente, para a manutenção da acumulação apesar de sua tendência crítica. Referimo-nos a uma tendência à mobilidade perfeita, adquirida pelo trabalho com sua transformação em mercadoria para o capital, como contraponto à tendência de queda da taxa de lucro, imanente à própria reprodução ampliada do primeiro.

Para o autor, as bases que fundamentam suas considerações residiriam, primeiramente, no fato de que a tendência à mobilidade perfeita, para o sonho dos neoclássicos e o pesadelo dos trabalhadores, asseguraria redução dos salários para os donos dos meios de produção e a economia de escala decorrente do uso do capital constante diuturnamente. Em segundo lugar, por meio da permanência de setores com baixa composição orgânica de capital que, por um lado, absorveriam a massa de trabalhadores expulsos dos setores com alta composição orgânica e, por outro, produziriam maior massa de mais-valia, compensando a queda nos setores tecnologicamente mais desenvolvidos. E, por fim, a redução do tempo de rotação do capital a contribuir para o crescimento da taxa de lucro anual dos capitais que compõem a reprodução social.

Através da multiplicidade das suas formas temporais, espaciais, setoriais, etc., por intermédio das economias de capital variável ou constante, da persistência de setores com fraca composição orgânica e da redução tanto dos tempos de produção como circulação, que ela permite, a mobilidade do trabalho permite contrariar permanentemente a baixa tendencial da taxa de lucro (Gaudemar, 1977, p. 336).

Entretanto, se é verdade que a reprodução ampliada do capital e a queda tendencial da taxa de lucro produzem contratendências, destarte o capital oferecendo os próprios meios para sua continuidade enquanto



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Julho - Dezembro, 2017  
ISSN 2175 - 3709

relação social total, de nossa perspectiva a contradição fundamental do capital, portanto sua crise, reside num nível mais profundo do que aquele da queda tendencial da taxa de lucro, com graves consequências para a população trabalhadora e o exercício de sua mobilidade.

Com a revolução microeletrônica ou terceira revolução industrial, ocorrida desde meados da década de 70, o desenvolvimento das forças produtivas decorrente da contínua acumulação de capital, passou a expulsar progressivamente o trabalho vivo dos processos produtivos, ganhando o trabalho a característica de “catapultar” os trabalhadores para fora desta relação. Entramos numa era em que adquire concreção assustadora a declaração de 1867, de caráter especulativo, feita por Marx (1985b): “Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa” (Marx, 1985b, p. 200).

Estaríamos vivendo numa era na qual, não obstante algumas das contratendências assinaladas acima, elas vêm sendo incapazes de absorver a massa trabalhadora dispensada, mas ainda assim mobilizada, para a acumulação de capital. Perseguindo ainda essa linha de raciocínio é que alcançamos o ponto afirmado acima, de que a contradição fundamental do capital residiria num nível mais profundo do que aquele da queda tendencial da taxa de lucro. Se, de um lado, o incremento da produtividade vem expulsando em termos absolutos a população trabalhadora dos processos produtivos; de outro, o capital está serrando o próprio galho no qual assenta sua acumulação, uma vez que é a exploração do trabalho que produz a mais-valia e garante a reposição dos pressupostos da reprodução ampliada. Nesse sentido, a contradição residiria numa reprodução do capital cada vez mais crítica, porque *desubstancializada*.

Um completo descolamento entre riqueza material e valor (Postone, 2014). Nesse contexto, devemos nos perguntar como fica a possibilidade de exercício da mobilidade do trabalho, enquanto disposição de se sujeitar ao capital?

Pelo caminho até aqui percorrido, a expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos parece indicar uma curva ascendente em direção a uma espécie de desmobilização geral da população trabalhadora, uma vez que começam a figurar como dispensáveis para o capital. Entretanto, de maneira *enfática*, diferenciamo-nos das teorias que buscaram apresentar esse processo como um suposto fim do trabalho, ou mesmo de sua centralidade (Gorz, 1982; Habermas, 1997). Reivindicamos que aquilo que estamos testemunhando desde fins da década de 1970 é uma *crise do trabalho*, enquanto forma fundamental de mediação social. Nesse sentido, a prescindibilidade dos corpos antes necessários à produção de valor não livra esta mesma população trabalhadora da necessidade de permanecerem se mediando por meio do trabalho e do dinheiro. Destarte, os sujeitos sujeitados à forma social capitalista se conformam enquanto “sujeitos monetarizados sem dinheiro” (Kurz, 1993) ou, para voltarmos à problemática apresentada, mobilizados sem trabalho. Nesta condição enfrentam as condições mais abjetas e degradantes de trabalho, também porque o incremento da superpopulação relativa acentua a níveis cruentosos a já presente concorrência no mercado de trabalho.

Estaríamos aqui frente àquilo que Postone (2014) discute, a partir dos *Grundrisse* de Marx (2011), como a tensão crescente entre o tempo de trabalho socialmente necessário diminuído a níveis sem precedentes na história da modernização e o tempo de trabalho supérfluo, relativamente aumentado, donde o segundo, apesar de sua própria característica, reconstitui-se sob a forma do primeiro. Assim,

essa massa trabalhadora não se torna imobilizada, nem mesmo quando não consegue se reproduzir pelo trabalho, uma vez que a única alternativa para a mesma segue sendo essa forma de mediação social.

### *Mobilidade como categoria de administração de crise?*

Agora se faz possível retornarmos ao ponto de partida, levando em consideração o que dissemos até então. A disputa política registrada por Vainer (1984) e consubstanciada na produção dos discursos sobre os deslocamentos, que aponta tanto para práticas de organização do espaço, como para a gestão dos fluxos migratórios e de combate aos problemas que provocam ou que são provocados pelas migrações, oculta a mobilidade como característica do trabalho, ignorando-se a determinidade deste último como fundamento do processo de produção e acumulação capitalista. Nesse sentido, quando se discute o superpovoamento das cidades, a existência de “vazios” populacionais em determinadas regiões ou a desorientação dos fluxos migratórios, como sugere Póvoa Neto (1997, p. 14), geralmente se tem em mente uma boa alocação do trabalho como fator de produção. O mesmo também acontece quando estudos de planejamento identificam ausências ou deficiências no desenvolvimento regional responsáveis por produzir processos de expulsão dos migrantes: nesses casos o trabalhador também se encontra pressuposto, estando em discussão somente as formas para garantir sua reprodução que permitam evitar o inchaço urbano (e os problemas derivados do mesmo) ou a crise de abastecimento de trabalhadores no campo.

Políticas de organização territorial, políticas urbanas, regionais, migratórias, etc., podem ver os discursos e mecanismos que acionam com vistas ao controle do espaço e de seus desequilíbrios serem desvendados e deixarem aparecer uma

outra verdade, sua outra verdade: práticas de controle do trabalho e do trabalhador (Vainer, 1984, p. 21).

Como assinala Vainer (1984), a perspectiva da mobilidade do trabalho permite desvendar por detrás da miríade de políticas elencadas na citação acima, intenções políticas que revelam precisamente seus interesses de classe, já que se configuram como formas particulares de dominação da classe trabalhadora. Em outras palavras, revelam a redução do trabalho a objeto da gestão, sobretudo estatal, sendo possível identificar uma teoria sobre o Estado e também sobre a dominação, que subjazem a essa perspectiva, ao acusar a teoria neoclássica de silêncio acerca de seu compromisso ideológico com as classes dominantes.

A grosso modo, parece-nos possível afirmar que se a teoria neoclássica vê o migrante, ou trabalhador, como senhor de seu próprio destino, delinea-se uma sociedade que funciona e se move a partir da somatória dos desejos de cada sujeito, sem quaisquer constrangimentos permeando suas trajetórias de trabalho e deslocamentos. Dito de outro modo, afigura-se uma sociedade mercantil (Smith, 1988) na qual as trocas voluntárias entre os sujeitos tendem ao equilíbrio, apagando-se o papel que o Estado joga, seja na constituição das próprias relações capitalistas, seja em sua manutenção e reprodução ampliada. Já do ponto de vista da perspectiva histórico-estrutural, o sujeito migrante e/ou trabalhador, como já afirmamos acima, emerge como puro objeto da política, donde o Estado se afigura como sujeito absoluto da reprodução social, perdendo-se a dimensão subjetiva do sujeito sujeitado à liberdade contraditória da mobilidade do trabalho. Destarte, não obstante a filiação de Vainer (2000) à perspectiva da mobilidade do trabalho, consideramos possível sugerir que ele ainda permanece próximo



da perspectiva histórico-estrutural, por não dar a devida atenção, assim como Gaudemar (1977), ao significado da dimensão subjetiva do sujeito sujeitoado à mobilidade do trabalho (aspecto mais tarde confirmado em livro do último intitulado *La movilidad general*), por carecer de uma teoria sobre o trabalho enquanto abstração real e forma de mediação social historicamente específica. Desejamos apresentar uma noção crítica da dominação que permita ultrapassar a maneira como Carlos Vainer (1984) e Jean Paul de Gaudemar (1977) a compreendem, enquanto encobrimento ideológico da luta de classes, portanto das relações sociais de produção, donde os trabalhadores figurariam como uma totalidade apartada e contrária ao capital, mobilizados puramente pelos desígnios deste último.

Se para Marx o trabalho, desdobrado da forma-mercadoria, caracteriza-se enquanto uma forma de ser [*Daseinsformen*] ou determinações de existência [*Existenzbestimmungen*] (Postone, 2014), não podendo ser compreendido num sentido ordinariamente econômico, já que decididamente informa as categorias de pensamento modernas, como demonstrado por nós anteriormente, faz-se imprescindível levar em consideração seu caráter como realização subjetiva. Não apenas no sentido da ação política do sujeito submetido à mobilidade, mas simultaneamente como processo de internalização da lógica do trabalho e da mediação da mercadoria por estes mesmos sujeitos. Aqui nos referimos à constituição *objetiva – subjetiva* da sociedade moderna, que se constitui, portanto, simultaneamente como sujeito e objeto dos processos por meio dos quais se reproduz.

Na sociedade moderna a aparência é real, e o sujeito é personificação dos processos sociais que se reproduzem por meio dele, mas também para além dele. O que significa que os estudiosos

e tecnocratas, também das migrações e dos deslocamentos, não tratam de uma realidade que lhes é externa, tampouco objetiva, no sentido positivista. Ao contrário, inserem-se tanto no processo de mobilização para o trabalho que é geral (como trabalhadores complexos) como também podem pensar e agir somente a partir das mesmas categorias que simultaneamente conformam o comportamento dos migrantes.

Se, como dissemos acima, diante da crise do trabalho provocada pelo desenvolvimento exponencial das forças produtivas, a população trabalhadora e/ou migrante se encontra apenas negativamente liberada do trabalho, a camada dos trabalhadores complexos, tecnocratas e pesquisadores, também nos encontramos encerrados por esta mesma forma social. Nesse sentido, se de um lado a crise do trabalho também desencadeia piora nas condições de exercício da mobilidade do trabalho deste grupo particular do mercado de trabalho, por outro o aparato que os abriga enquanto trabalhadores – o Estado e suas diversas instituições como universidades, agências de desenvolvimento, dentre tantas outras – também sofre com os desdobramentos críticos da desubstancialização do capital assinalada acima. Em outras palavras e de maneira muito sucinta, se o Estado, enquanto aparato, estrutura-se por meio da tributação do valor e da mais-valia produzida pelas relações de trabalho no mercado, e esta começa a ser abalada enquanto fundamento da reprodução social, começa a se tornar inevitável o estreitamento do raio de ação estatal (cf. Kurz, 1998).

Assim, consideramos plausível sugerir que a produção de conhecimento científico e suas disputas se encontram encerradas na jaula de ferro da administração estatal da crise do trabalho. E exemplos da veracidade desse prognóstico não faltam. Basta olharmos para os últimos quatorze

anos da política em nível federal e veremos um vertiginoso aumento da participação do Estado na difusão de programas de transferência de renda condicionada, disponibilidade de crédito de diversos tipos (empresarial, individual, familiar), encarceramento em massa, implantação de infraestruturas como hidrelétricas (movendo novos processos de mobilização para o trabalho), majoritariamente alimentados por capital fictício ou indiretamente alimentando-o. Nesse sentido, as políticas econômicas e territoriais parecem definitivamente se despir de seu véu de uma neutra alocação de recursos tendo em vista a otimização dos processos produtivos, expondo cruamente aquilo que Vainer (1984) acusava estar escondido – o controle dos trabalhadores –, não obstante a prescindibilidade dos corpos pelo capital expor a nu tal estratégia como gestão populacional tautológica, ou como querem os leitores de Michel Foucault (2008), como pura biopolítica. Em outras palavras, parece não se tratar mais da inclusão ou destruição de formas não-tipicamente capitalistas de produção tendo em vista a ótima alocação dos fatores de produção para a acumulação de capital, pois este último parece ter historicamente esgotado suas possibilidades.

## CONCLUSÃO

Sugerimos, portanto, que o processo histórico pregou uma peça em cada uma das interpretações sobre a migração aqui apresentadas e discutidas, cada uma a seu modo, e que enquanto as mesmas não forem capazes de se voltarem criticamente para seus próprios pressupostos, o recrudescimento da reprodução social só jogará mais água no moinho da gestão estatal populacional que adquirirá feições cada vez mais violentas:

Não há para o estudioso das migrações um objeto externo, não existe

um objeto sem precondições, porque as relações sociais e os conceitos estão ligados. Migrante e pesquisador estão sujeitados à razão do cotidiano. Para ambos existem como matriz a priori trabalho, dinheiro, direito, estado etc. É por isso que a ciência, em seu sentido tradicional, não serve. [Apontamos] para a necessidade da crítica, que assim difere da habitual atividade científica. (Heidemann, 2010, p. 26)

O que buscamos com essas reflexões não tem caráter meramente epistemológico, partindo da classificação e da crítica às abordagens existentes da teoria migratória para, reconhecendo seus limites, propor uma perspectiva capaz de descrever de maneira mais fiel ou complexa a realidade que observamos. Ao contrário, buscamos uma reflexão crítica que permita não apenas pensar na mobilidade (nem tampouco nos restringirmos a tentar resolver os problemas que a ocasionam ou pela mesma parecem ser provocados), mas que também permita pensar a nós mesmos, enquanto sujeitos sujeitados mobilizados. Criticando, pois, os limites dentro dos quais podemos nos realizar como os trabalhadores que explicam para a sociedade o que ela é, tanto no que diz respeito à forma de realização do nosso trabalho como também aos seus conteúdos.

Ou seja, para além de dar destaque para as importantes contribuições da perspectiva teórica da mobilidade do trabalho, na medida em que nos permitem reconhecer os limites da referida separação entre as determinações estruturais reivindicadas pelo enfoque histórico-estrutural e a vontade subjetiva reivindicada pelo neoclássico nas explicações sobre as migrações e reconhecer esses mesmos discursos bem como os mecanismos que eles acionam como formas de controle do espaço, do trabalho e do trabalhador, buscamos avançar numa crítica aos limites desse próprio enfoque mostrando como, ao esbarrar em uma leitura ontológica da categoria de trabalho, o mesmo não oferece condições

para o estabelecimento dos nexos entre a crítica da mobilidade do trabalho segundo a qual se reproduzem os objetos das pesquisas desenvolvidas e a crítica da mobilidade do trabalho segundo a qual se reproduzem os sujeitos dessas mesmas investigações igualmente sujeitos ao trabalho enquanto relação so-

cial. Aqui a relação entre ciência e ação política aparece criticamente desvelada, mas não apenas ela. Também se desvelam os limites da própria problematização daquela relação num contexto em que a crítica tem de confrontar um planejamento tornado cada vez mais gestão estatal da crise do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PALMEIRA, Moacir e ALMEIDA, Alfredo Wagner. A invenção da migração. Rio de Janeiro: Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. Museu Nacional/UFRJ, 19977 (mimeo).

BECKER, Olga Maria Schild. "Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos". CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 319-367,1997.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Editora, 2008.

GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.

\_\_\_\_\_. La movilización general. Seseña, Madri: Las Ediciones de La Piqueta, 1981.

GORZ, André. Adeus ao proletariado: Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1997.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. "Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: A razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador". In: SILVA, Sidney Antonio (Org). Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

\_\_\_\_\_; SILVA, Sidney Antonio. Simpósio Internacional de Migração: Nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Humanitas, 2007.

\_\_\_\_\_. "Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação". WITTE, André de. (Org.) Migração, discriminação e alternativas. São Paulo: Paulinas, 2004.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. "A falta de autonomia do Estado e os limites da política: Quatro teses sobre a crise da regulamentação política". Os últimos combates. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. "Barbárie, Migração e Guerras de Ordenamento Mundial: Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial". Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

MOURA, Hélio Augusto de (Org.). Migração Interna, textos selecionados: Teorias e modelos de análise. Fortaleza: ETENE/BNB, vol. 1, 1980.

POVOA NETO, Helion. "Migrações internas e mobilidade do trabalho no

Brasil atual”. Experimental, São Paulo, n° 2, p. 11-24, 1997.

POSTONE, Moische. Tempo, trabalho e dominação social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SALIM, Celso Amorim. “Migrações Internas: A necessidade de novos paradigmas”. In: Encontro Nacional de População, III, 1984, São Paulo. Anais do III Encontro Nacional de População. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984, vol. 1.

\_\_\_\_\_. “Migrações: O fato e a controvérsia teórica”. In: Encontro Nacional de População, VIII, 1992, São Paulo. Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1992, vol. 3.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VAINER, Carlos Bernardo. Trabalho, espaço e estado: Questionando a questão migratória. Cadernos IPUR, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-43, 1984.

\_\_\_\_\_. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história de políticas migratórias. São Paulo: Revista Travessia, n° 36, jan-abr 2000, p. 15-32.

ZALUAR, Alba. “Teoria e prática do trabalho de campo: Alguns problemas”. In: CARDOSO, Ruth (Org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.